



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
Rua General Rondon, 1295 - Bairro Centro, Macapá/AP, CEP 68900-911
Telefone: - <https://www.tjap.jus.br>

EDITAL Nº 90006/2026

Processo nº 0017794-18.2025.8.03.0901

Torna-se público que o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ**, por meio da Secretaria de Gestão de Licitações e Contratos, sediada na Av. General Rondon, nº 1295, Centro, Macapá/AP, realizará licitação, na modalidade pregão, de acordo com o contido no Processo Administrativo SEI nº 0017794-18.2025.8.03.0901, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, conforme data, horário e endereço indicados a seguir:

Data de sessão: 10/06/2026

Horário da abertura da sessão: 08 horas

Endereço: compras.gov.br - UASG: 925306

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para a aquisição de veículos elétricos e estações de carregamento rápido, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar desta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.2.1. o autor a que se refere este item poderá participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.5.2.2. equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.5.2.3. o disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.3.1. empresa a que se refere este item poderá participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.5.3.2. o disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.4.1. Este impedimento de que trata este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do TJAP, mesmo que indiretamente, inclusive na execução do contrato, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

2.5.8.1. A vedação de que trata este item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da

Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Quantidade cotada;

4.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto

licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital e seus anexos;

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Amapá e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e endereço indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. o critério de julgamento é menor preço por grupo.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Para o envio de lances no pregão eletrônico, será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema

eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem e desde que devidamente regulamentados:

5.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.1. empresas estabelecidas no Estado do Amapá;

5.21.2. empresas brasileiras;

5.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.24. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.24.1. A proposta constitui-se em documento formal, conforme Anexo V, no qual devem constar as seguintes informações:

5.24.1.1. Especificações do objeto, contendo descrição dos itens e seus respectivos valores unitários e totais;

5.24.1.2. Dados da empresa, contendo CNPJ, razão social, nome fantasia, e-mail, contato telefônico, número de Whatsapp, nome do representante legal e dados bancários (banco, agência e número da conta corrente); e

5.24.1.3. Assinatura do representante legal da empresa.

5.24.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021,

legislação correlata e nos itens 2.7 e 2.8 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 6.1.1. SICAF;
 - 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
 - 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
 - 6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e
 - 6.1.5. Certidão negativa de licitante inidôneo, emitida pelo Tribunal de Contas da União (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:9858666689572::::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO)
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outro.
 - 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de julgamento da proposta.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.5 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Resolução nº 1571/2023 – TJAP.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Erros meramente materiais não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida

a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada em cartório ou por servidor público do TJAP, quando houver necessidade com motivo registrado na sessão pública.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em formato eletrônico.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da

habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Resolução nº 1571/2023 – TJAP, art. 39, §4º):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de 02 horas.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

8.3.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.tjap.jus.br.

8.10.1. O interessado pode requerer instrução para acesso aos autos.

9. DO CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou

outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.2.1. A assinatura do termo de contrato observará o disposto nos itens 14.7 a 14.11.

9.2.2. O prazo do item 9.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.2.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.2.4. Deverá ser apresentada, até a assinatura do contrato, a Declaração de Inexistência de Nepotismo, conforme anexo VI.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a ata de registro de preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. A assinatura da Ata de Registro de Preços observará o disposto nos itens 14.7 a 14.11.

10.1.2. Deverá ser apresentada, até a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Declaração de Inexistência de Nepotismo, conforme anexo VI.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas atas de registro de preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no termo de referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 da Resolução nº 1594/2023/TJAP.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.6. fraudar a licitação

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor estimado da licitação.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor estimado da licitação.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.2.1. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados mediante o envio para o endereço eletrônico licitacoes@tjap.jus.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. O adjudicatário deverá, obrigatoriamente, efetuar seu cadastro como usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), condição necessária para o recebimento de comunicações formais e participação nos trâmites processuais administrativos referentes à contratação.
- 14.7.1. Para tanto, deverá realizar previamente o pré-cadastro por meio do seguinte link:
https://sei.tjap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0
- 14.7.2. Após o preenchimento do formulário eletrônico, o representante legal que enviou a proposta deverá encaminhar cópias digitalizadas do documento de identidade (RG), CPF e comprovante de endereço para o e-mail institucional sei@tjap.jus.br, a fim de viabilizar a validação do cadastro.
- 14.7.3. As instruções completas para realização do cadastro de usuários externos estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.tjap.jus.br/portal/sei/aceessos.html>
- 14.8. Realizado o cadastro, o Adjudicatário poderá acessar o sistema, por meio do link: https://sei.tjap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0
- 14.9. O não cadastramento no Sistema Eletrônico de Informação - SEI/TJAP configura recusa à assinatura do termo de contrato ou à aceitação do instrumento equivalente, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida nos termos do §5º do art. 90 da Lei federal nº. 14.133, de 2021, sujeitando o Adjudicatário às penalidades legais.
- 14.10. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI-TJAP importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.
- 14.11. A apresentação de proposta à licitação importa em aceitação expressa de recebimento de notificações por meio eletrônico, utilizando-se o Sistema Eletrônico de Informação do Tribunal – SEI/TJAP.
- 14.11.1. Efetuado o cadastro, as notificações serão encaminhadas exclusivamente ao endereço eletrônico registrado.
- 14.11.2. A ausência de manifestação expressa e tempestiva do cadastrado após o encaminhamento de notificação ao endereço eletrônico registrado poderá importar em declaração de revelia, devendo ser observados os prazos legais para defesa prévia e alegações finais
- 14.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.tjap.jus.br.
- 14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.16.1. Anexo I: Termo de Referência;
- 14.16.2. Anexo II: Estudo Técnico Preliminar;
- 14.16.3. Anexo III: Minuta de ata de registro de preços;
- 14.16.4. Anexo IV: Minuta de contrato;
- 14.16.5. Anexo V: Modelo de proposta
- 14.16.6. Anexo VI: Declaração de Inexistência de Nepotismo;

Macapá-AP, 19 de maio de 2026.

Marcio Pantoja Pacheco
Secretário de Gestão de Licitações e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO PANTOJA PACHECO**, **Secretário(a)**, em 19/05/2026, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tjap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0314861** e o código CRC **7EDA5397**.

ANEXOS DO EDITAL



TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAPA
Rua General Rondon, 1295 - Bairro Centro, Macapá/AP, CEP 68900-911
Telefone: - <https://www.tjap.jus.br>

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 0017794-18.2025.8.03.0901

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto desta contratação é o registro de preços para a aquisição de veículos elétricos e estações de carregamento rápido, nos termos das condições estabelecidas neste instrumento e conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Unid	Quant	Valor unit	Valor subtotal
------	---------------	------	-------	------------	----------------

1	<p>Veículo Elétrico com referência ao modelo Dolphin GS ou similar/equivalente com as seguintes características mínimas aproximadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Novo, zero quilômetro, que se encontre em linha de produção atual dos fabricantes. · Motor elétrico. · Potência máxima aproximada: 80 - 100 cv. · Autonomia aproximada (PBEV): 250 - 450 km. · Tipo de Bateria: Blade (LFP) ou equivalente. · Tipo de conector: Tipo 2. · Ano/Modelo do presente exercício ou superior. · Transmissão automática. · Com capacidade para 05 (cinco) pessoas, incluindo o motorista. · Elétrico com capacidade de armazenamento próxima a 40 - 100 kWh. · Preferencialmente na Cor Banca ou na cor preta. · Ar condicionado que só utiliza gás refrigerante ecológico. · Com 04 (quatro) portas laterais, vidros dianteiros e traseiros com acionamento elétrico. · Com travas elétricas das portas, no mínimo air Bag Duplo (motorista e passageiro), freios ABS. · Com 04 (quatro) tapetes de borracha. · Com sistema multimídia, com entrada e saída de mídia tipo USB, com alto falantes dianteiros e alto falantes traseiros. · Com Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, com classificação A até C em relação ao nível de emissão de poluente e classificação A até C em relação ao consumo energético (na comparação relativa da categoria). · Incluindo serviços de emissão e disponibilização do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo, emplaquetamento, vistoria e lacre. · Com garantia de fábrica mínima de 06 (seis) anos para o carro e 08 (oito) anos para as baterias. · Assistência técnica autorizada precisa estar sediada no estado do Amapá. · Sem restrição tributária que impeça o veículo de transitar em todo estado do Amapá. · Com Carregador incluso conforme pratica comum de mercado. 	UND	50	R\$ 169.990,00	R\$ 8.499.500,00
---	--	-----	----	-------------------	---------------------

2	<p>Estação de carregamento Rápido similar ou equivalente ao modelo WEMOB-P-023-W-R-1T2 da empresa WEG.</p> <ul style="list-style-type: none"> · Tensão de alimentação aproximada de 100-240 Vca ± F+N+T / F+F+T ou 198-415 Vca ±10% 3F+N+T. · Frequência aproximada: 50/60 Hz ±5%. · Potência máxima de saída aproximada: 23 kW. · Tipo de conector: Tipo 2 · Quantidade de tomadas: 1 cabo com conector. · Grau de proteção: IP 65. · Sistemas de ligação à terra: TT / TN-S / TN-C-S. · PROTEÇÕES ELÉTRICAS: Sobrecorrente, Sobretemperatura, Falha de comunicação com o VE, Detecção de falta à terra (proteção de corrente residual) e Surtos de tensão (controle). · Medição de energia inclusa. <p>A estação de recarga deverá possuir funcionalidades de telemetria e monitoramento remoto integradas, permitindo, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • acompanhamento do status operacional; • registro e histórico das sessões de carregamento; • monitoramento do consumo energético; • identificação de falhas e eventos; • gerenciamento básico de usuários e utilização. <p>As funcionalidades poderão ser disponibilizadas por meio de interface web, aplicativo ou plataforma compatível fornecida pelo fabricante.</p> <p>Comprovação de conformidade com a série ABNT NBR IEC 61851, aplicável a sistemas de carregamento condutivo de veículos elétricos, mediante apresentação de certificado, relatório de ensaio ou documentação técnica equivalente emitida por organismo de certificação, laboratório ou entidade competente, nacional ou internacional.</p> <p>Serão aceitos documentos emitidos no âmbito de processos de avaliação da conformidade conduzidos por organismos acreditados junto ao Inmetro/Cgcre ou entidades internacionais equivalentes, desde que demonstrada a pertinência da documentação em relação ao equipamento ofertado.</p>	UND	50	R\$ 8.276,84	R\$ 413.842,00
Valor total					R\$ 8.913.342,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 8.913.342,00 (oito milhões, novecentos e treze mil trezentos e quarenta e dois reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.4. O custo estimado deste termo de referência prevalece sobre o custo estimado constante no estudo técnico preliminar.

1.5. Esta contratação utiliza-se do sistema de registro de preços, conforme justificativa constante no item 4.2 do Estudo Técnico Preliminar (ETP)

1.6. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1.6.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.6.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

1.6.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Resolução nº 1574/2022/TJAP.

1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.9. Prevalecerá o disposto no Termo de Referência, em caso de divergência com o Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada no estudo técnico-preliminar, apêndice deste termo de referência.

2.2. Esta contratação será processada nos moldes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

2.3. O objeto da contratação não está previsto no Plano Anual de Contratação, conforme tópico 9 do Estudo Técnico Preliminar, no entanto, esta contratação foi autorizada pela autoridade competente no Despacho Decisório 306 (0247833).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Controle de disponibilidade e uso

4.1. A solução deverá permitir o controle adequado da disponibilidade, do uso e da gestão operacional, possibilitando ao TJAP acompanhar, supervisionar e fiscalizar a utilização dos equipamentos e serviços contratados.

Integração aos processos e contratos vigentes do TJAP

4.2. A solução deverá ser compatível com os processos administrativos internos e, quando aplicável, integrável aos contratos vigentes relacionados à gestão de transporte, manutenção e infraestrutura, assegurando a continuidade da operação institucional.

Atendimento às diretrizes de sustentabilidade

4.3. A solução deverá atender às diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS/TJAP) e da Resolução CNJ nº 594/2024, incluindo a contabilização do carbono evitado para fins de inventário institucional e contribuindo para o cumprimento das metas de redução de emissões.

Emissão zero de CO₂ no escapamento

4.4. A contratada deverá fornecer solução que garanta zero emissão de CO₂ no escapamento, nos termos das normas e diretrizes ambientais aplicáveis, contribuindo de forma direta para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Tal requisito se justifica pela necessidade institucional de avançar rumo à neutralidade de carbono, conforme metas estabelecidas pelo CNJ e pelo PLS/TJAP.

4.5. O inventário de emissões do Tribunal (Sei nº 0007206-49.2025.8.03.0901) demonstra a dimensão desse desafio: a frota atual possui 101 veículos, dos quais 87 em operação, consumindo no período inventariado 102.390 litros de gasolina e 50.828 litros de diesel, o que resultou na emissão de 288,52 toneladas de CO₂ equivalente. Esses dados evidenciam a relevância e a urgência de ações que permitam reduzir progressivamente tais emissões, reforçando a pertinência do requisito de emissão zero para as futuras soluções adotadas pelo TJAP.

Disponibilidade comercial na região Norte

4.6. A contratada deverá comprovar disponibilidade comercial imediata dos bens ou serviços no Estado do Amapá ou na região Norte, garantindo implantação célere e suporte local.

Suporte técnico e manutenção autorizada

4.7. A contratada deverá assegurar suporte técnico, assistência e manutenção autorizada no Estado do Amapá, durante todo o período contratual e garantia, com disponibilidade comprovada de equipe técnica.

Fornecimento ativo e não descontinuado

4.8. Os bens e serviços fornecidos deverão estar em linha de produção ou fornecimento ativo, sem risco de descontinuação iminente, evitando obsolescência e indisponibilidade de peças ou suporte.

Atendimento às normas técnicas e regulatórias

4.9. A solução deverá atender às normas e regulamentações aplicáveis, incluindo:

- 4.9.1. normas ABNT pertinentes ao objeto;
- 4.9.2. normas e resoluções CONTRAN aplicáveis ao uso, circulação e segurança veicular;
- 4.9.3. demais legislações vigentes.

Dispositivos obrigatórios de segurança e operação

4.10. A contratada deverá fornecer todos os dispositivos obrigatórios definidos por norma técnica e regulatória, garantindo segurança, conformidade e adequação operacional.

Garantia de integridade dos equipamentos compatíveis

4.11. A contratada deverá assegurar que a utilização da solução não implique perda de garantia, danos ou incompatibilidades com veículos, equipamentos ou sistemas utilizados pelo TJAP.

Autonomia mínima operacional

4.12. A contratada deverá assegurar que os bens ou serviços fornecidos atendam à autonomia mínima necessária para a execução das atividades institucionais, conforme padrões usuais de mercado.

Emplacamento e licenciamento

4.13. A contratada deverá realizar, quando previsto na solução, todos os procedimentos necessários para emplacamento, registro e licenciamento, aptos a permitir o uso institucional imediato.

Requisitos de sustentabilidade e eficiência energética

4.14. A solução deverá contemplar critérios de sustentabilidade, eficiência energética e redução de impacto ambiental, em conformidade com as metas do TJAP e com legislação aplicável.

4.15. Para mitigar possíveis impactos ambientais estabelece-se que os veículos a serem fornecidos deverão possuir comprovação, por meio de certificado ou por declaração do fabricante, de que possuem a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, em relação ao nível de emissão de poluente e ao consumo energético, nas classes de melhor eficiência de veículos comercializados com as características necessárias e estabelecidas no ANEXO ÚNICO, nos termos do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) coordenado pelo Inmetro, bem como que o sistema de ar condicionado dos veículos a serem fornecidos só utilizam gases refrigerantes ecológicos.

4.16. No que tange aos produtos eventualmente adquiridos serem classificados como material permanente, e em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 e DECRETO 10.936/2022, bem como nos normativos do Poder Judiciário, a Administração obedecerá ao disposto na legislação específica que trata do desfazimento de bens da Administração Pública, após o fim da sua vida útil, mediante o devido processo administrativo ou para descarte adequado ou para doação de acordo com a melhor opção ao fim da vida útil dos veículos

Marca de Referência

4.17. Na presente contratação será admitida as seguintes marcas de referência, de acordo com as justificativas contidas no item 4.4 do Estudo Técnico Preliminar (Manifestação Técnica – Esclarecimentos sobre a Utilização de Marca como Referência):

4.17.1. Item 1, utiliza-se como marca de referência o modelo BYD/Dolphin GS ou similar/equivalente;

4.17.2. Item 2, utiliza-se como marca de referência o modelo WEG/WEMOB-P-023-W-R-1T2 ou similar/equivalente;

Subcontratação

4.18. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de no máximo 90 (noventa) dias corridos, contados da entrega da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado e autorizado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no Município de Macapá-AP, em endereço a ser informado na nota de empenho ou ordem de fornecimento, no horário entre 08 e 13 horas.

Entrega técnica, documentação, licenciamento e emplacamento

5.4. A contratada deverá entregar cada veículo com documentação completa, Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), vistoria, placas, lacre e demais procedimentos legais finalizados, aptos para uso imediato. Deverá ainda fornecer manuais, certificados, laudos e documentação técnica exigida. Os carros devem ser entregues no estacionamento do Fórum FAB.

Instalação e comissionamento das estações

5.5. O Tribunal de Justiça do Amapá será responsável pela instalação da estação de recarga, compreendendo a execução da infraestrutura elétrica necessária, sistemas de proteção, fixação, testes de carga e comissionamento funcional, todas as etapas realizadas em conformidade com as normas da ABNT, regulamentações da concessionária de energia e boas práticas de engenharia, mediante equipe técnica habilitada.

Garantia

5.6. Os veículos e estações deverão possuir garantia mínima conforme o Anexo Único, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, prestada por empresa autorizada e sediada no Estado do Amapá.

5.7. A garantia deve incluir:

- 5.7.1. Substituição de peças defeituosas;
- 5.7.2. Cobertura de mão de obra;
- 5.7.3. Prazos claros para reparos de acordo com Código de Defesa do Consumidor;
- 5.7.4. Procedimentos de garantia estabelecidos previamente;
- 5.7.5. Suporte técnico contínuo durante toda a vigência e garantia exigida.

5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, contado a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.14. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Critérios de aceitação

5.18. A aceitação dos bens e equipamentos dependerá de:

- 5.18.1. Inspeção física e funcional;
- 5.18.2. Testes de rodagem (veículos) e de carga (estações);
- 5.18.3. Conferência de certificados, manuais e documentos legais;
- 5.18.4. Verificação da conformidade com o Anexo Único;
- 5.18.5. Comprovação da regularização completa do veículo;

Obrigações da contratada

5.19. A contratada deverá:

- 5.19.1. Entregar veículos e estações novos, conforme especificações;

- 5.19.2. Garantir suporte técnico e manutenção no Estado do Amapá;
- 5.19.3. Assegurar compatibilidade sem perda de garantia;
- 5.19.4. Prestar assistência técnica durante todo o ciclo de vida;
- 5.19.5. Apresentar todos os certificados obrigatórios.

Obrigações do TJAP (contratante)

5.20. O TJAP deverá:

- 5.20.1. Realizar o aceite formal dos itens.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

6.7. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a créditos tributários federais e à dívida ativa da União, a CND relativa a créditos tributários estaduais, a CND relativa a créditos tributários municipais, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Recebimento do objeto

6.12. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.13. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.14. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

- 6.14.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.15. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 6.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 6.17. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 6.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Liquidação

- 7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período..
- 7.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.2.1. o prazo de validade;
 - 7.2.2. a data da emissão;
 - 7.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.2.5. o valor a pagar; e
 - 7.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.10. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 7.11. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preço do Consumidor Amplo (IPCA).

Forma de pagamento

- 7.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por grupo.

Exigências de habilitação

- 8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.3. A habilitação jurídica deve demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa, cujo cumprimento ocorre mediante os seguintes documentos:

- 8.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 8.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.3.8. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021);

- 8.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.5. A habilitação fiscal, social e trabalhista deve ser demonstrada mediante as seguintes provas:
- 8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas

administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.6. Prova de regularidade com a fazenda estadual ou distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação econômico-financeira

8.6. A qualificação econômico-financeira deve ser demonstrada mediante os seguintes documentos:

8.6.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.6.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.6.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei e devidamente registrado na junta comercial competente, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.6.3.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimonial líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.6.3.2. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.8. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.9. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Qualificação técnica

8.10. A qualificação técnica será demonstrada mediante os seguintes documentos:

8.10.1. Comprovação de aptidão para fornecimento de bens em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.10.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.10.1.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

10. DOS CASOS OMISSOS

10.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

11. DAS ALTERAÇÕES

11.1. Eventuais alterações neste termo de referência que não alterem a substância da contratação prescindem de nova autorização da Secretaria Geral do TJAP, bastando apenas a aprovação da Secretaria de Gestão de Licitações e Contratos.

Macapá-AP, 13 de abril de 2026

Elaborado por (assinado eletronicamente) Yan Fernando Maciel de França Coordenador de Planejamento de Contratações	Termo de referência aprovado por (assinado eletronicamente) Marcio Pantoja Pacheco Secretário de Gestão de Licitações e Contratos
---	--

Referência: Processo nº 0017794-18.2025.8.03.0901

SEI nº 0248326



TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAPA
Rua General Rondon, 1295 - Bairro Centro, Macapá/AP, CEP 68900-911
Telefone: 3312 - 3300 - <https://www.tjap.jus.br>

DESPACHO Nº 0245084/2026

Anexo II

ESTUDO TÉCNICO-PRELIMINAR

1) NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação ora analisada decorre da necessidade institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP) de garantir condições adequadas para a execução das atividades de transporte oficial que apoiam o funcionamento administrativo e jurisdicional. Atualmente, toda a frota do Tribunal é composta por veículos movidos a combustão, os quais apresentam maior impacto ambiental, elevado consumo de combustíveis fósseis e crescente demanda por manutenções corretivas por conta do tempo de vida, o que compromete a eficiência operacional e o cumprimento das metas de sustentabilidade.

Essa situação configura um problema concreto: **a frota existente não está alinhada às diretrizes de sustentabilidade determinadas pela Resolução CNJ nº 594/2024**, que estabelece metas progressivas de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e de modernização dos meios de transporte no âmbito do Poder Judiciário.

Adicionalmente, a manutenção de uma frota exclusivamente a combustão interfere negativamente no cumprimento das diretrizes contidas no **Plano de Logística Sustentável do TJAP (PLS/TJAP)** e no **Plano Estratégico do Tribunal**, especialmente no eixo de **promoção da sustentabilidade institucional**, que integra o **processo interno de promoção da sustentabilidade** e se articula ao **marco de processo de gestão referente à administração de materiais, obras e serviços**. Dentro desse marco, o **processo de gerir serviços de transporte** exige a adoção de práticas mais eficientes, econômicas e ambientalmente responsáveis, visando reduzir impactos ambientais e otimizar o uso dos recursos públicos.

Caso a contratação não seja realizada, o Tribunal estará sujeito aos seguintes riscos e impactos:

- **Descumprimento das metas do CNJ**, especialmente aquelas relacionadas à sustentabilidade e à redução de emissões de GEE;
- **Continuidade dos elevados níveis de emissão de poluentes**, mantendo o TJAP com matriz de transporte ambientalmente desfavorável;
- **Aumento dos custos operacionais**, devido ao consumo intensivo de combustíveis fósseis e ao envelhecimento da frota;
- **Incompatibilidade com o Plano Estratégico do TJAP**, que prevê ações de gestão sustentável e modernização da infraestrutura administrativa;
- **Perda de oportunidade de modernização tecnológica**, dificultando a futura implantação de políticas de mobilidade sustentável.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade institucional de iniciar um processo de substituição gradual de parte da frota atualmente movida exclusivamente a combustão, assegurando também que **as futuras necessidades relacionadas à renovação e expansão da frota possam ser atendidas de forma alinhada às diretrizes de sustentabilidade** estabelecidas pelo Tribunal. Essa adequação progressiva encontra-se em conformidade com os objetivos estratégicos do TJAP, com o Plano de Logística Sustentável (PLS/TJAP) e com as políticas nacionais de sustentabilidade aplicáveis ao Poder Judiciário. A medida busca subsidiar o cumprimento das metas de redução das emissões de GEE previstas na Resolução CNJ nº 594/2024, bem como da meta de neutralidade de carbono até 2030, contribuindo para que a instituição avance para um modelo de mobilidade mais eficiente e ambientalmente responsável.

Este Estudo Técnico Preliminar, portanto, delimita o problema e fundamenta a necessidade da contratação, reservando para os tópicos subsequentes a análise das alternativas e a definição da solução mais adequada.

2) DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Os requisitos da contratação têm por objetivo assegurar que a solução a ser contratada seja adequada às necessidades identificadas no Tópico 1, observando-se as diretrizes de sustentabilidade, eficiência operacional e modernização dos serviços de transporte institucional do TJAP. Os requisitos abaixo representam obrigações da futura contratada e são necessários para garantir a viabilidade, continuidade e conformidade da solução a ser implantada.

2.1 – Requisitos Essenciais

a) Controle de disponibilidade e uso

A solução deverá permitir o controle adequado da disponibilidade, do uso e da gestão operacional, possibilitando ao TJAP acompanhar, supervisionar e fiscalizar a utilização dos equipamentos e serviços contratados.

b) Integração aos processos e contratos vigentes do TJAP

A solução deverá ser compatível com os processos administrativos internos e, quando aplicável, integrável aos contratos vigentes relacionados à gestão de transporte, manutenção e infraestrutura, assegurando a continuidade da operação institucional.

c) Atendimento às diretrizes de sustentabilidade

A solução deverá atender às diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS/TJAP) e da Resolução CNJ nº 594/2024, incluindo a contabilização do carbono evitado para fins de inventário institucional e contribuindo para o cumprimento das metas de redução de emissões.

d) Emissão zero de CO₂ no escapamento (quando aplicável)

A contratada deverá fornecer solução que garanta zero emissão de CO₂ no escapamento, nos termos das normas e diretrizes ambientais aplicáveis, contribuindo de forma direta para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Tal requisito se justifica pela necessidade institucional de avançar rumo à neutralidade de carbono, conforme metas estabelecidas pelo CNJ e pelo PLS/TJAP.

O inventário de emissões do Tribunal (Sei nº 0007206-49.2025.8.03.0901) demonstra a dimensão desse desafio: a frota atual possui 101 veículos, dos quais 87 em operação, consumindo no período inventariado 102.390 litros de gasolina e 50.828 litros de diesel, o que resultou na emissão de 288,52 toneladas de CO₂ equivalente. Esses dados evidenciam a relevância e a urgência de ações que permitam reduzir progressivamente tais emissões, reforçando a pertinência do requisito de emissão zero para as futuras soluções adotadas pelo TJAP.

e) Disponibilidade comercial na região Norte

A contratada deverá comprovar **disponibilidade comercial imediata** dos bens ou serviços no Estado do Amapá ou na região Norte, garantindo implantação célere e suporte local.

f) Suporte técnico e manutenção autorizada

A contratada deverá assegurar suporte técnico, assistência e manutenção autorizada **no Estado do Amapá**, durante todo o período contratual e garantia, com disponibilidade comprovada de equipe técnica.

g) Fornecimento ativo e não descontinuado

Os bens e serviços fornecidos deverão estar em **linha de produção ou fornecimento ativo**, sem risco de descontinuação iminente, evitando obsolescência e indisponibilidade de peças ou suporte.

h) Atendimento às normas técnicas e regulatórias

A solução deverá atender às normas e regulamentações aplicáveis, incluindo:

- normas ABNT pertinentes ao objeto;
- normas e resoluções CONTRAN aplicáveis ao uso, circulação e segurança veicular;
- demais legislações vigentes.

i) Dispositivos obrigatórios de segurança e operação

A contratada deverá fornecer todos os dispositivos obrigatórios definidos por norma técnica e regulatória, garantindo segurança, conformidade e adequação operacional.

j) Garantia de integridade dos equipamentos compatíveis

A contratada deverá assegurar que a utilização da solução não implique perda de garantia, danos ou incompatibilidades com veículos, equipamentos ou sistemas utilizados pelo TJAP.

k) Autonomia mínima operacional (quando aplicável)

A contratada deverá assegurar que os bens ou serviços fornecidos atendam à autonomia mínima necessária para a execução das atividades institucionais, conforme padrões usuais de mercado.

l) Emplacamento e licenciamento (quando aplicável)

A contratada deverá realizar, quando previsto na solução, todos os procedimentos necessários para **emplacamento, registro e licenciamento**, aptos a permitir o uso institucional imediato.

m) Requisitos de sustentabilidade e eficiência energética

A solução deverá contemplar critérios de sustentabilidade, eficiência energética e redução de impacto ambiental, em conformidade com as metas do TJAP e com legislação aplicável.

3) LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado tem por finalidade identificar, analisar e comparar as alternativas disponíveis para atender à necessidade descrita no Tópico 1, considerando os requisitos essenciais definidos no Tópico 2 e observando as diretrizes da Resolução CNJ nº 594/2024 e do PLS/TJAP. Foram avaliadas quatro possibilidades de solução:

- (1) aluguel de veículos elétricos;
- (2) aquisição de veículos híbridos;
- (3) aquisição de veículos elétricos;
- (4) aquisição de veículos a combustão com baixa emissão de carbono.

A seguir, apresenta-se a análise de cada alternativa.

3.1 – Aluguel de Veículos Elétricos (EVs)

Vantagens

- Elimina custo inicial de aquisição.
- Reduz emissões diretas de GEE (escopo 1).
- Possibilita testes institucionais iniciais de uso.

Desvantagens

- **Indisponibilidade em Macapá:** não há locadoras locais com EVs disponíveis.
- Dependência de locadoras de outros estados, aumentando custos de logística e prazos.
- **Não atende aos requisitos de suporte local (Tópico 2.e).**
- Necessita infraestrutura de recarga não existente no TJAP.
- Não garante continuidade operacional para uso diário institucional.

Conclusão

A solução é **operacionalmente inviável** por ausência de oferta local, falta de suporte técnico regional e não atendimento à maioria dos requisitos essenciais.

3.2 – Aquisição de Veículos Híbridos

Vantagens

- Boa disponibilidade local (aprox. 38 unidades novas/seminovas em Macapá).
- Emite menos CO₂ que veículos convencionais.
- Menor custo inicial em relação aos veículos elétricos puros.
- Fácil abastecimento, sem necessidade de infraestrutura nova.

Desvantagens

- **Não atende ao requisito de emissão zero no escapamento (Tópico 2.d).**
- Reduz emissões parcialmente, mas não elimina GEE.
- Ainda depende de combustíveis fósseis (Gasolina/Etanol).
- Não contribui integralmente para a meta de neutralidade de carbono até 2030.

Conclusão

Embora seja opção de transição, **não atende plenamente às diretrizes do CNJ 594/2024 e não atinge integralmente os requisitos de sustentabilidade do Tópico 2.**

3.3 – Aquisição de Veículos Elétricos (EVs)

Vantagens

- **Atende integralmente ao requisito de emissão zero (Tópico 2.d).**
- Redução substancial das emissões diretas e indiretas (escopos 1 e 2).
- Contribui diretamente para o inventário institucional e para a meta de neutralidade de carbono.
- Menor custo operacional (energia e manutenção).
- Possibilidade de integração a sistemas de controle e gestão de uso (Tópico 2.a).

Desvantagens

- Exige instalação de infraestrutura de recarga e suporte elétrico.
- Necessita treinamento técnico da equipe.
- Oferta inicial no estado, mas em crescimento gradual.

Conclusão

É a alternativa **mais alinhada aos requisitos essenciais**, cumprindo:

- suporte regional (Tópico 2.e),
- sustentabilidade,
- emissão zero,
- contabilização de carbono evitado,
- eficiência energética,
- modernização da frota institucional.

3.4 – Aquisição de Veículos a Combustão com Baixa Emissão de Carbono

Vantagens

- Representa a solução com maior disponibilidade no mercado local.
- Não exige implantação de infraestrutura adicional.
- Atende ao fluxo operacional imediato da frota.

Desvantagens

- **Não atende aos requisitos de sustentabilidade do Tópico 2.c e 2.j.**
- Emissão de CO₂ no escapamento, ainda que reduzida.
- Prejudica cumprimento das metas do CNJ 594/2024.
- Não contribui para contabilização de carbono evitado.

Conclusão

Apesar da ampla disponibilidade, **não atende aos requisitos estratégicos e de sustentabilidade**, sendo insuficiente para o objetivo institucional.

3.5 – Cenário Comparativo das Alternativas

Critério / Requisito	Aluguel EV	Veículos Híbridos	Veículos Elétricos (EVs)	Combustão Baixa Emissão
Disponibilidade local	Muito baixa	Boa	Inicial, em expansão	Muito alta
Emissão no escapamento	Zero	Parcial	Zero	Alta (mesmo sendo baixa emiss.)
Atendimento ao CNJ 594/2024	Insuficiente	Moderado	Pleno	Insuficiente
Suporte técnico no AP	Não atende	Atende	Atende	Atende
Sustentabilidade / Inventário	Moderada	Parcial	Máxima	Baixa
Adequação ao Tópico 2	Não atende	Atende parcialmente	Atende integralmente	Atende parcialmente
Custo inicial	Sem aquisição	Médio	Alto	Médio
Complexidade operacional	Média	Baixa	Alta	Baixa
Continuidade de operação	Baixa	Alta	Alta	Alta

3.6 – Justificativa da Solução mais Adequada

Considerando a análise comparativa, verifica-se que a **aquisição de veículos elétricos** é a única solução que:

- **atende integralmente aos requisitos essenciais definidos no Tópico 2;**
- **cumpe as diretrizes de sustentabilidade do PLS/TJAP e da Resolução CNJ nº 594/2024;**
- **reduz substancialmente as emissões de GEE**, viabilizando o inventário institucional;
- **promove modernização da frota**, com menor impacto ambiental e maior eficiência energética;
- **possui disponibilidade regional crescente** e suporte técnico no Estado do Amapá;
- **representa a primeira ação estruturada para transição da frota institucional.**

As demais opções apresentam inviabilidade técnica, insuficiência ambiental ou não atendem aos requisitos obrigatórios da contratação.

4) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta contempla o fornecimento de veículos elétricos e estações de recarga rápida, abrangendo todas as etapas do ciclo de vida do objeto, conforme art. 7º, IV, da OS nº 68/2022 – TJAP, incluindo: entrega, documentação, licenciamento, instalação, comissionamento, garantia, suporte técnico, manutenção e treinamento para operação adequada.

A adoção dessa solução permite atender às necessidades identificadas no Tópico 1 e aos requisitos da contratação (Tópico 2), assegurando a modernização da frota institucional, a redução das emissões diretas de GEE e a conformidade com o planejamento estratégico do TJAP, com o PLS/TJAP e com as metas CNJ 594/2024.

As especificações mínimas dos veículos e estações constam no **Anexo Único**, estruturado para assegurar **ampla competitividade, ausência de direcionamento, e equivalência técnica** entre diferentes fabricantes e modelos. As

referências eventualmente utilizadas têm caráter exclusivamente indicativo, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se produtos similares ou equivalentes.

4.1 – Solução como um Todo (Visão Geral)

a) Fornecimento de veículos elétricos novos

Os veículos deverão ser novos, zero quilômetro, pertencentes à linha de produção atual do fabricante, com emissão zero no escapamento, conector Tipo 2 para carregamento, autonomia compatível com as necessidades institucionais e atendimento às normas ABNT e CONTRAN vigentes na data da aquisição. Deverão dispor dos sistemas obrigatórios de segurança veicular — como freios ABS, airbags frontais e laterais, controle de tração e estabilidade — e apresentar classificação adequada de eficiência energética no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE/ENCE).

Além disso, os veículos deverão possuir compatibilidade técnica com estações de recarga de diferentes fabricantes, sem implicar perda de garantia das baterias ou do próprio veículo. Tal requisito decorre do fato de que nem todos os fornecedores de automóveis elétricos disponibilizam carregadores na potência necessária ao TJAP, e a Administração não pode ficar condicionada a uma relação de dependência tecnológica que configure, ainda que indiretamente, prática similar à vinculação indevida entre produtos, vedada pelo Código de Defesa do Consumidor. A exigência de interoperabilidade, portanto, assegura a ampla competitividade da licitação e garante liberdade técnica ao Tribunal para implantar infraestrutura de recarga compatível com suas necessidades operacionais.

b) Fornecimento de estações de recarga rápida

As estações deverão ser compatíveis com veículos elétricos comercializados no Brasil com conector Tipo 2, possuir proteções elétricas obrigatórias e certificações técnicas mínimas. Os locais de instalação (Macapá e interior) serão definidos pelo TJAP conforme planejamento operacional e infraestrutura disponível.

c) Entrega técnica, documentação, licenciamento e emplacamento

A contratada deverá entregar cada veículo com documentação completa, Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), vistoria, placas, lacre e demais procedimentos legais finalizados, aptos para uso imediato. Deverá ainda fornecer manuais, certificados, laudos e documentação técnica exigida. Os carros devem ser entregues no estacionamento do Fórum FAB.

d) Instalação e comissionamento das estações

O Tribunal de Justiça do Amapá será responsável pela instalação da estação de recarga, compreendendo a execução da infraestrutura elétrica necessária, sistemas de proteção, fixação, testes de carga e comissionamento funcional, todas as etapas realizadas em conformidade com as normas da ABNT, regulamentações da concessionária de energia e boas práticas de engenharia, mediante equipe técnica habilitada.

A adoção desse modelo decorre do fato de que nem todos os fornecedores de veículos ou de estações de carregamento realizam serviços de instalação, o que poderia restringir de forma indevida a competitividade da licitação caso tal obrigação fosse imposta à contratada. Dessa forma, ao manter a instalação como responsabilidade do TJAP, assegura-se maior amplitude de participação, respeitando-se o princípio da competitividade previsto na legislação de compras públicas.

e) Treinamento técnico

O Tribunal de Justiça do Amapá deverá, em processo próprio e independente, contratar curso ou treinamento técnico, presencial ou híbrido, destinado aos servidores designados, abrangendo:

- operação dos veículos;
- procedimentos de segurança;
- utilização das estações de recarga;
- manutenção de primeiro nível;
- boas práticas de eficiência energética.

A simples disponibilização de manuais pela contratada não é suficiente para assegurar a correta operação dos equipamentos, em razão dos riscos operacionais envolvidos e das limitações de domínio técnico atualmente existentes, conforme identificado neste ETP.

A opção por não incluir o treinamento na presente contratação segue a mesma lógica aplicada à instalação das estações: nem todos os fornecedores de veículos elétricos ou de carregadores oferecem serviços de capacitação, e a

exigência dessa obrigação poderia restringir indevidamente a competição no certame. Dessa forma, ao prever o treinamento em processo separado, preserva-se a ampla competitividade e o caráter isonômico da licitação, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

f) Garantia

Os veículos e estações deverão possuir garantia mínima conforme o Anexo Único, prestada por empresa autorizada e sediada no Estado do Amapá.

A garantia deve incluir:

- Substituição de peças defeituosas;
- Cobertura de mão de obra;
- Prazos claros para reparos de acordo com Código de Defesa do Consumidor;
- Procedimentos de garantia estabelecidos previamente;
- Suporte técnico contínuo durante toda a vigência e garantia exigida.

g) Critérios de aceitação

A aceitação dos bens e equipamentos dependerá de:

1. Inspeção física e funcional;
2. Testes de rodagem (veículos) e de carga (estações);
3. Conferência de certificados, manuais e documentos legais;
4. Verificação da conformidade com o Anexo Único;
5. Comprovação da regularização completa do veículo;

h) Obrigações da contratada

A contratada deverá:

- Entregar veículos e estações novos, conforme especificações;
- Garantir suporte técnico e manutenção no Estado do Amapá;
- Assegurar compatibilidade sem perda de garantia;
- Prestar assistência técnica durante todo o ciclo de vida;
- Apresentar todos os certificados obrigatórios.

i) Obrigações do TJAP (contratante)

O TJAP deverá:

- Realizar o aceite formal dos itens.

4.2 – Justificativa para Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) deve-se aos seguintes fatores concretos, conforme art. 3º da Resolução TJAP nº 1594/2023:

a) Impossibilidade de definição prévia do quantitativo

O TJAP encontra-se em fase de elaboração de seu **Planejamento Socioambiental**, que definirá metas e indicadores de substituição da frota; portanto, **não é possível prever o quantitativo exato de veículos elétricos e estações de recarga a serem adquiridos ao longo do período.**

b) Variação da disponibilidade orçamentária

A aquisição dependerá da execução orçamentária anual do TJAP, o que exige contratação em regime flexível, com entregas sucessivas e possibilidade de aquisição por lotes ao longo da vigência da ata.

c) Transição gradual da frota

A substituição e a expansão da frota sustentável ocorrerão de maneira progressiva. Assim, as entregas serão naturalmente **parceladas e escalonadas**.

d) Demanda frequente e recorrente

A necessidade de renovação da frota é contínua, enquadrando-se no art. 3º, I (“contratações permanentes ou frequentes”).

e) Modularidade e adequação às metas do CNJ

A implantação da infraestrutura e da frota sustentável é um processo gradual exigido pela Resolução CNJ nº 594/2024.

Diante disso, o SRP se apresenta como o **modelo mais econômico, flexível e adequado ao cenário institucional**, garantindo aderência às metas socioambientais e ao planejamento estratégico.

4.3 – Descrição Técnica da Solução (Resumo Executivo)

As especificações mínimas constam no Anexo Único e foram elaboradas para:

- Garantir ampla competitividade;
- Evitar direcionamento;
- Assegurar equivalência técnica;
- Atender aos requisitos do Tópico 2;
- Permitir participação de múltiplos fabricantes;
- Atender a critérios de desempenho mínimos essenciais.

4.4 – Prazo de Entrega

O prazo máximo para entrega dos veículos e estações será de **até 90 dias**, considerando práticas de mercado e disponibilidade nacional.

4.4 – Manifestação Técnica – Esclarecimentos sobre a Utilização de Marca como Referência

Em atenção à observação quanto à indicação de marca/modelo constante no Anexo Único, esclarece-se que a referida menção **não teve por finalidade restringir a competitividade do certame**, tampouco direcionar a contratação para fornecedor específico.

A utilização de marcas ocorreu **exclusivamente como referência técnica de mercado**, com o objetivo de permitir a adequada caracterização do objeto, a definição de parâmetros mínimos de desempenho e a viabilização da estimativa de preços, sem prejuízo à ampla concorrência.

Ressalta-se que **tanto o veículo elétrico quanto o carregador** tiveram como base **modelos amplamente reconhecidos e consolidados no mercado**, utilizados apenas como referência técnica, não havendo qualquer exigência de fornecimento de marca específica.

No caso dos **veículos elétricos**, foi adotada como referência a fabricante **BYD**, por se tratar de uma das maiores e mais consolidadas fabricantes de veículos elétricos do mundo, amplamente utilizada no mercado nacional e internacional. Destaca-se que os veículos dessa natureza possuem **especificações técnicas, parâmetros construtivos, sistemas eletrônicos embarcados e ensaios de desempenho que somente os fabricantes detêm**, o que torna **impraticável a realização de análise técnica aprofundada por parte da Administração**, especialmente quanto a aspectos internos de fabricação, eficiência energética e desempenho operacional.

Situação análoga ocorre em relação aos **carregadores elétricos**, para os quais foi adotada como referência a fabricante **WEG**, empresa nacional amplamente reconhecida no mercado pela qualidade e confiabilidade de seus produtos. Assim

como ocorre com os veículos, os carregadores possuem características técnicas e ensaios laboratoriais que são de domínio exclusivo dos fabricantes, não sendo possível à Administração reproduzir tais análises de forma independente.

Ressalta-se, ainda, que **o TJAP não possui acesso aos custos industriais, métodos de fabricação ou parâmetros internos de precificação**, razão pela qual **não é viável a elaboração de cálculos analíticos próprios**. Dessa forma, a prática adotada — amplamente utilizada na Administração Pública — consiste na **adoção de marcas consolidadas como referência de mercado**, exclusivamente para balizar especificações técnicas e estimativas de preço.

Importante destacar que:

- não houve exigência de marca específica;
- foram admitidos equipamentos equivalentes ou superiores;
- não houve qualquer restrição à competitividade;
- a referência adotada teve caráter exclusivamente técnico.

O procedimento adotado encontra respaldo no **art. 41, inciso I, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021**, que admite a indicação de marca como referência, desde que devidamente justificada, como no presente caso.

Dessa forma, resta demonstrado que a utilização de marcas como referência ocorreu de forma **técnica, razoável e compatível com as práticas de mercado**, não configurando direcionamento nem afronta aos princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5) ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Necessidade Institucional

Em levantamento realizado junto às unidades administrativas e judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, identificou-se que os veículos da frota atual são utilizados de forma contínua em atividades essenciais, tais como:

- deslocamentos entre unidades administrativas e judiciais;
- apoio logístico à Corregedoria-Geral de Justiça, Presidência e demais setores;
- atendimento a ações, projetos e demandas institucionais;
- deslocamentos para inspeções e atividades externas.

O inventário institucional de emissões demonstra que **o TJAP possui 101 veículos, dos quais 87 encontram-se em uso ativo**, consumindo, no período inventariado:

- 102.390 litros de gasolina;
- 50.828 litros de óleo diesel;

o que resultou na emissão de **288,52 toneladas de CO₂ equivalente**.

Esses dados evidenciam a necessidade de planejamento estruturado para **redução progressiva das emissões** e substituição gradual da frota a combustão, além de permitir que futuras necessidades de renovação ou ampliação também sejam atendidas com tecnologia de menor impacto ambiental.

Metodologia e Premissas Utilizadas (conforme art. 7º, V, OS 68/2022 – TJAP)

A estimativa de quantidades a serem registradas em ata observou:

a) A frota em uso (87 veículos)

Não se trata de substituição integral imediata, mas de um processo gradual. Desse total, considerou-se como **potencial de substituição inicial imediata** aproximadamente **25% da frota ativa**, valor compatível com uma fase piloto de implantação e alinhado às práticas de transição de frotas públicas observadas em outros órgãos. O referido percentual foi estimado considerando-se o convênio federal atualmente vigente, incluindo a perspectiva de novos aportes financeiros que venham a ser formalizados ao longo de sua execução

b) Característica da demanda

Os veículos são distribuídos territorialmente e utilizados simultaneamente em rotas distintas, exigindo solução que assegure autonomia e disponibilidade contínua.

c) Interdependência entre veículos e recarga

A operação de cada veículo elétrico depende da existência de ponto de recarga. Assim, estimou-se **proporção 1:1 (um carregador por veículo)** para a etapa inicial, garantindo:

- independência operacional;
- recargas simultâneas;
- ausência de gargalos;
- manutenção da disponibilidade institucional.

d) Planejamento socioambiental em elaboração

Como o **Planejamento Socioambiental do TJAP ainda está em construção (SEI nº 0018675-92.2025.8.03.0901)**, não é possível determinar quantidades definitivas para todo o horizonte plurianual, justificando a contratação via SRP.

e) Dependência da disponibilidade orçamentária anual

O ritmo de substituição dependerá da execução orçamentária a cada exercício financeiro, reforçando a necessidade de estimativa flexível.

Justificativa das Quantidades para o Registro de Preços

Considerando:

- a frota ativa de 87 veículos;
- a necessidade institucional de iniciar a transição de forma gradual;
- a impossibilidade de definir quantitativos exatos a serem adquiridos (SRP – art. 3º, Resolução TJAP nº 1594/2023);
- a necessidade de veículos e carregadores em proporção equivalente;
- os objetivos de redução de GEE estabelecidos pelo CNJ;
- a interdependência entre veículo e ponto de recarga;

Estima-se, exclusivamente para fins de registro de preços, um quantitativo **máximo** de:

50 (cinquenta) veículos elétricos

50 (cinquenta) estações de recarga rápida AC (mínimo 22 kW)

Esse quantitativo não representa obrigação de aquisição imediata, mas sim o **limite disponível para contratação futura**, caso haja disponibilidade orçamentária, planejamento socioambiental definido e demanda institucional.

Trata-se, portanto, de estimativa técnica proporcional, fundamentada e compatível com o escopo da solução, permitindo:

- Substituição gradual da frota;
- Flexibilização conforme o orçamento;
- Alinhamento com metas de sustentabilidade;
- Implantação modular da infraestrutura.

Conclusão

A estimativa apresentada atende ao art. 7º, V, da OS nº 68/2022 – TJAP, apresenta metodologia, fontes e premissas, e está integralmente coerente com a justificativa para uso do Sistema de Registro de Preços (item 4.2).

Ela permite ao TJAP iniciar a transição sustentável de sua frota sem comprometer a capacidade orçamentária, sem engessar metas futuras e de forma totalmente compatível com a natureza gradual do planejamento socioambiental da instituição.

6) ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em **pesquisa mercadológica realizada em Fevereiro de 2026**, em conformidade com a Resolução TJAP nº 1554/2022, que estabelece os procedimentos obrigatórios para composição de preços no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

Foram coletados **pelo menos três preços**, priorizando-se, sempre que possível, cotações obtidas em **sistemas oficiais de governo**, em atendimento a mencionada resolução, bem como valores disponíveis no **Banco de Preços** e nos sistemas

de consulta utilizados pelo TJAP. Para os carregadores elétricos utilizamos cotação direta por conta da indisponibilidades no banco de preços.

Nos termos do art. 4º da Resolução 1554/2022-TJAP, a pesquisa considerou também as **peculiaridades da Região Norte**, especialmente:

- limitações logísticas;
- disponibilidade regional de fornecedores;
- custos adicionais de transporte e frete;
- menor oferta de modelos elétricos no mercado local;
- variações de preço decorrentes da localização geográfica e capacidade regional de atendimento.

Além disso, os valores pesquisados e a justificativa de preços em anexo ao processo foram analisados de forma a manter **alinhamento ao Convênio federal vigente**, garantindo compatibilidade entre as estimativas de custo apresentadas e os parâmetros utilizados pela Administração Pública para contratações análogas.

Com base no conjunto de informações obtidas, estimou-se para fins de **Registro de Preços (SRP)** os valores máximos abaixo, os quais não representam obrigação de contratação imediata, mas limites para futura aquisição, conforme disponibilidade orçamentária e planejamento socioambiental do TJAP:

A) Veículos Elétricos

Valor unitário estimado: **R\$ 156.960,00.**

Quantidade estimada para registro: **50 unidades.**

Subtotal estimado: **R\$ 7.848.000,00.**

(Sete milhões oitocentos e quarenta e oito mil reais).

B) Estações de Recarga Rápida (AC, mínimo 22 kW)

Valor unitário estimado: **R\$ 8.189,22.**

Quantidade estimada para registro: **50 unidades.**

Subtotal estimado: **R\$ 409.461,00.**

(Quatrocentos e nove mil quatrocentos e sessenta e um reais).

TOTAL ESTIMADO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

R\$ 8.257.461,00 (Oito milhões duzentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e sessenta e um reais).

7) JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Embora veículo elétrico e estação de carregamento sejam itens funcionalmente interdependentes, a pesquisa de mercado demonstra que **nem todos os fabricantes de veículos elétricos comercializados no Brasil oferecem estações de carregamento rápido na potência mínima de 22 kW**, que é a requerida para atender às necessidades operacionais do TJAP. Assim, a adoção de um **lote único** poderia restringir indevidamente a competitividade, reduzindo o número de fornecedores capazes de participar do certame, em desconformidade com o princípio da ampla concorrência previsto na Lei nº 14.133/2021.

Por outro lado, a divisão da contratação em **dois lotes distintos** (um para veículos e outro para estações de recarga) não compromete a execução nem a funcionalidade da solução, desde que sejam atendidos requisitos mínimos de **interoperabilidade e compatibilidade técnica**. Para esse fim, este ETP estabelece que os veículos deverão utilizar o **padrão de conector Tipo 2**, amplamente aceito no mercado brasileiro e internacional, e que **sejam compatíveis com estações de recarga de diferentes fabricantes**, sem que isso implique perda de garantia das baterias ou do próprio veículo.

Essa exigência é necessária para evitar qualquer prática semelhante à **vinculação indevida entre produtos**, comumente conhecida como venda casada, vedada pelo Código de Defesa do Consumidor. A Administração não pode ficar condicionada à compra simultânea de veículo e carregador do mesmo fornecedor, especialmente considerando que não existe, até o momento, **normativa técnica do Inmetro que estabeleça certificação compulsória ou obrigatória capaz de vincular um modelo de veículo elétrico a um modelo específico de carregador**.

A certificação existente no país é **voluntária**, realizada por organismos acreditados, e não estabelece padrão técnico que determine exclusividade entre marcas. Por isso, a comprovação de conformidade deve basear-se em **certificações internacionais** amplamente reconhecidas (como CE, EV-Ready, RETIE, UKCA, NOM-ULM, entre outras), conforme já previsto neste ETP.

Diante desse cenário, a estruturação da licitação em dois lotes mostra-se **tecnicamente viável, juridicamente adequada e coerente com a realidade do mercado**, assegurando:

- maior competitividade;
- participação de fornecedores distintos;
- mitigação de riscos de direcionamento;
- manutenção da compatibilidade entre os itens adquiridos;
- autonomia do TJAP na escolha da melhor solução de recarga no longo prazo.

8) CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

MANUTENÇÕES: as manutenções de veículos do TJAP são cobertos pelo Contrato 024/2022, formalizado através do P.A. 137.691/2021, firmado com a empresa LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI, CNPJ: 12.039.966/0001-11, atualmente vigente até Maio/2026 (4º aditivo), tendo como objeto a contratação de empresa (pessoa jurídica) especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frota, além de grupos geradores e motores de popa, abrangendo o fornecimento de combustíveis e manutenção automotiva e equipamentos em geral, por meio de sistema informatizado, com fornecimento de peças, componentes, acessórios entre outros materiais, inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, produtos, serviços mecânicos de toda ordem, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, capotaria, troca e reparos de pneus, alinhamento, balanceamento, por meio de rede de oficinas e centros automotivos credenciados e disponibilizados, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gestão de frota, para atender os veículos/equipamentos do TJAP. No caso dos veículos elétricos, a inclusão da assistência técnica autorizada pode ser considerada no contrato 024/2022 por aditivo. Alternativamente, se for mais vantajoso, é possível realizar a contratação por meio de inexigibilidade durante o período de garantia.

CONDUÇÃO DOS VEÍCULOS: A condução dos veículos deverá ser realizada através de motoristas terceirizados, sendo que, para tal, temos o Contrato 105/2022, formalizado através do P.A. 16723/2021, firmado com a empresa POTENGI EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ: 19.443.609/0001-63, atualmente vigente até Dezembro/2025 (3º aditivo), tendo objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de condução de veículos, a fim de conduzir os veículos oficiais ao TJAP, bem como daqueles eventualmente cedidos, requisitados ou locados, utilizados no deslocamento de autoridades e servidores, além do transporte de materiais e outros veículos.

Também destacamos que a condução dos veículos poderá ser realizada através de servidores habilitados, nos termos do art. 21 da Instrução Normativa 102/2022-TJAP.

SEGURO DOS VEÍCULOS: O seguro dos veículos do TJAP é abrangido pelo Contrato 030/2024, formalizado através do P.A. 21353/2024, firmado com a empresa SEGUROS SURA S/A, CNPJ: 33.065.699/0001-27, atualmente vigente até julho/2025, tendo objeto a prestação de serviços anual de seguro total automotivo da frota de veículos do TJAP, com cobertura contra danos materiais decorrente de sinistros de colisão, incêndio, roubo e furto, responsabilidade civil à terceiros, acidentes pessoais à terceiros, acidentes pessoais para passageiros e motoristas do veículo, assistência 24 horas, assistência em viagem, cobertura de vidros, faróis e lanternas. Esse contrato precisa ser aditivado para a adição dos novos veículos.

LOCAL DE ESTACIONAMENTO: Os estacionamentos do Fórum de Macapá e da Sede do TJAP possuem espaço disponível suficiente para abrigar os novos veículos sendo que fica a critério da administração o local final de destinação dos veículos.

a) Estacionamentos do Fórum de Macapá: Avenida FAB, 1737, bairro: centro, CEP: 68.900-073, município de Macapá – AP.

b) Estacionamento Provisório da Sede do TJAP: Rua General Rondon, S/N, bairro: centro, CEP: 68.900-082, município de Macapá – AP.

INSTALAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE CARREGAMENTO: As estações de carregamento rápido serão instaladas, juntamente com os serviços de engenharia necessários, pelo ARP 057/2024 ou outra contratação correlata da secretária de infraestrutura. O local de cada instalação fica a critério da administração.

9) DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Conforme dispõe o art. 15, § 2º, da Resolução TJAP nº 1699/2025, as demandas não previstas no Plano de Contratações Anual (PCA) devem apresentar justificativa formal para sua ausência e ser submetidas imediatamente à apreciação da autoridade competente.

No caso presente, **a demanda não consta no PCA vigente**, pois **a necessidade de contratação surgiu em decorrência do processamento do Convênio Federal associado ao projeto de sustentabilidade**, cuja formalização e exigências ocorreram **após o encerramento do prazo de elaboração e consolidação do PCA do exercício**.

Trata-se, portanto, de **demanda superveniente**, vinculada ao atendimento de requisitos pactuados no convênio e às metas institucionais de redução de emissões de GEE definidas pelo CNJ, circunstância que justifica sua inclusão extraordinária.

Assim, em atendimento ao referido dispositivo normativo, este Estudo Técnico Preliminar **será submetido imediatamente à apreciação da Presidência** para autorização do prosseguimento e posterior elaboração do Termo de Referência.

10) **DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Os resultados pretendidos são os seguintes:

- Contribuir para atendimento das demandas ambientais quanto à redução do consumo de combustíveis fósseis e diminuir a emissão de GEE, conforme a resolução nº 594/2024 do CNJ.

11) **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

- Indicação e formalização dos fiscais do contrato.
- Reservar o local para a entrega dos veículos, bem como posteriormente para o estacionamento dos mesmos.
- Providenciar a confecção dos adesivos de veículos oficiais do TJAP, bem de identificação do convênio federal.
- Manter entendimentos com os fiscais do contrato de motoristas terceirizados, visando o remanejamento, compartilhamento ou acréscimo de motoristas terceirizados para a condução dos novos veículos.
- Adiantar o que for possível (antes do contrato de fornecimento dos veículos) para a inclusão dos novos veículos nos contratos de manutenções e abastecimentos, seguro e monitoramento.
- Projeto, orçamento e execução das instalações civis e elétricas para a instalação das estações de carregamento de carros, através da ARP 057/2024 ou outra contratação correlata.

12) **DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

Para mitigar possíveis impactos ambientais incluímos neste ETP e estabelecemos que os veículos a serem fornecidos deverão possuir comprovação, por meio de certificado ou por declaração do fabricante, de que possuem a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, em relação ao nível de emissão de poluente e ao consumo energético, nas classes de melhor eficiência de veículos comercializados com as características necessárias e estabelecidas no ANEXO ÚNICO, nos termos do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) coordenado pelo Inmetro, bem como que o sistema de ar condicionado dos veículos a serem fornecidos só utilizam gases refrigerantes ecológicos.

No que tange aos produtos eventualmente adquiridos serem classificados como material permanente, e em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 e DECRETO 10.936/2022, bem como nos normativos do Poder Judiciário, a Administração obedecerá ao disposto na legislação específica que trata do desfazimento de bens da Administração Pública, após o fim da sua vida útil, mediante o devido processo administrativo ou para descarte adequado ou para doação de acordo com a melhor opção ao fim da vida útil dos veículos.

13) **POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

Diante dos estudos, dados, custos estimados e justificativas dos Estudos Técnicos Preliminares aqui apresentados, declaramos que a aquisição aqui almejada é viável e necessária para atender a demanda de redução de emissão de gases de efeito estufa.

14) DECLARAÇÃO DE SIGILO

Declaramos que as informações contidas neste documento são públicas, sem nenhuma informação caracterizada como sigilosa.

Macapá (AP), 02 de Fevereiro de 2026.

LUIZ EDUARDO MOREIRA DE JESUS
Analista Judiciário da Secretária de Infraestrutura/ TJAP – Mat. 44345

MARCIO NASCIMENTO MOURA
Coordenador de Fiscalização/TJAP – Mat. 45863

ISALTINO MONTE CARNEIRO JUNIOR
Secretário de Infraestrutura/TJAP - Mat. 45.860

ANEXO ÚNICO

DESCRIÇÕES DETALHADAS, QUANTIDADES E CUSTOS ESTIMADOS

Lote 01

ESPECIFICAÇÃO	QTD	CUSTO UNIT. Estimado	CUSTO TOTAL Estimado
---------------	-----	-------------------------	-------------------------

<p>Veículo Elétrico com referência ao modelo Dolphin GS ou similar/equivalente com as seguintes características mínimas aproximadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Novo, zero quilômetro, que se encontre em linha de produção atual dos fabricantes. · Motor elétrico. · Potência máxima aproximada: 80 - 100 cv. · Autonomia aproximada (PBEV): 250 - 450 km. · Tipo de Bateria: Blade (LFP) ou equivalente. · Tipo de conector: Tipo 2. · Ano/Modelo do presente exercício ou superior. · Transmissão automática. · Com capacidade para 05 (<i>cinco</i>) pessoas, incluindo o motorista. · Elétrico com capacidade de armazenamento próxima a 40 - 100 kWh. · Preferencialmente na Cor Banca ou na cor preta. · Ar condicionado que só utiliza gás refrigerante ecológico. · Com 04 (quatro) portas laterais, vidros dianteiros e traseiros com acionamento elétrico. · Com travas elétricas das portas, no mínimo air Bag Duplo (motorista e passageiro), freios ABS. · Com 04 (quatro) tapetes de borracha. · Com sistema multimídia, com entrada e saída de mídia tipo USB, com alto falantes dianteiros e alto falantes traseiros. · Com Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, com classificação A até C em relação ao nível de emissão de poluente e classificação A até C em relação ao consumo energético (na comparação relativa da categoria). · Incluindo serviços de emissão e disponibilização do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo, emplaquetamento, vistoria e lacre. · Com garantia de fábrica mínima de 06 (seis) anos para o carro e 08 (oito) anos para as baterias. · Assistência técnica autorizada precisa estar sediada no estado do Amapá. · Sem restrição tributária que impeça o veículo de transitar em todo estado do Amapá. 	50	R\$ 156.960,00	R\$ 7.848.000,00

Lote 02

ESPECIFICAÇÃO	QTD	CUSTO UNIT. Estimado	CUSTO TOTAL Estimado
---------------	-----	-------------------------	-------------------------

<p>Estação de carregamento Rápido similar ou equivalente ao modelo WEMOB-P-023-W-R-1T2 da empresa WEG.</p> <ul style="list-style-type: none"> · Tensão de alimentação aproximada de 100-240 Vca $\pm F+N+T$ / $F+F+T$ ou 198-415 Vca $\pm 10\%$ 3F+N+T. · Frequência aproximada: 50/60 Hz $\pm 5\%$. · Potência máxima de saída aproximada: 23 kW. · Tipo de conector: Tipo 2 · Quantidade de tomadas: 1 cabo com conector. · Grau de proteção: IP 65. · Sistemas de ligação à terra: TT / TN-S / TN-C-S. · PROTEÇÕES ELÉTRICAS: Sobrecorrente, Sobretemperatura, Falha de comunicação com o VE, Detecção de falta à terra (proteção de corrente residual) e Surtos de tensão (controle). · Medição de energia inclusa. · Com no mínimo três destas certificações internacionais: EV-ready 2.0, CE, UKCA, RETIE, SEC ou NOM-ULM. 	50	R\$ 8.189,22	R\$ 409.461,00

Valor Total estimado da contratação	R\$ 8.257.461,00
-------------------------------------	------------------

Referência: Processo nº 0017794-18.2025.8.03.0901	SEI nº 0245084
---	----------------

ANEXO III: MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Estado do Amapá, por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, na cidade de Macapá-AP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 34.870.576/0001-21, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente, o **Desembargador JAYME HENRIQUE FERREIRA**, cujo termo de posse foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico nº XX, de XX de XXXXX de 202X, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão nº/200..., mediante sistema de registro de preços, processo administrativo nº 0017794-18.2025.8.03.0901, RESOLVE registrar os preços da empresa XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, com sede em xxxxxxxxxxxx, neste ato representada por xxxxxxxxxxxx, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Resolução nº 1.594, de 10 de maio de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é o registro de preços para aquisição de veículos elétricos e estações de carregamento rápido.
- 1.2. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O edital da licitação;
 - 1.2.2. O termo de referência;
 - 1.2.3. A proposta da contratada; e
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	Quantidade	Valor unitário

2.2. É fornecedor adjudicatário da presente ata de registro de preços:

2.2.1. Razão social:

2.2.2. CNPJ:

2.2.3. Endereço:

2.2.4. Representante:

2.2.5. Contato:

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

3.1.2. demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do TJAP apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O TJAP poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do TJAP, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.3.1. O prazo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo TJAP, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.4. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste instrumento.

3.5. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços:

3.5.1. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o TJAP e para os órgãos ou as entidades participantes; e

3.5.2. o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o TJAP e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de publicação no Diário de Justiça Eletrônico, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso e que o fornecedor tenha manifestado interesse na prorrogação.

4.1.1. A prorrogação da vigência da ata de registro de preço renova a quantidade inicial registrada, excluindo-se eventual saldo quantitativo remanescente da vigência inicial.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

5.1.3. na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

a) A anualidade será contada a partir da data do orçamento estimado da licitação, fixada em 05/02/2026.

b) Para atualização do preço, aplica-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o TJAP convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item 6.1.1, o TJAP convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o TJAP procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o TJAP comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao TJAP a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo TJAP e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item 6.2.2, o TJAP convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o TJAP procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto nos itens 6.2 e 6.2.1, o TJAP atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O TJAP comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo TJAP, quando o fornecedor:

7.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

7.1.2. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2.2; ou

7.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese prevista no item 7.1.4, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o TJAP poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o TJAP poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo TJAP, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.5.1. por razão de interesse público;

7.5.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.5.3. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos itens 6.1.3 e 6.2.4.

8. CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

8.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. Os instrumentos serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

8.2. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no instrumento convocatório, conforme o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

8.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

8.5. A contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

9. PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

9.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

9.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no edital ou no termo de referência, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital e seus anexos.

Macapá-AP, *data da assinatura eletrônica.*

Desembargador Jayme Henrique Ferreira
Presidente

XXXXXXXXXX
Fornecedor

ANEXO IV: MINUTA DE CONTRATO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
Rua General Rondon, 1295 - Bairro Centro, Macapá/AP, CEP 68900-911
Telefone: - <https://www.tjap.jus.br>

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 0017794-18.2025.8.03.0901

CONTRATO Nº **XXX**/2025-TJAP

**CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAPÁ E A EMPRESA
XXXXXXXXXX, PARA OS FINS NELE
DECLARADOS.**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ**, com sede na Rua General Rondon, nº 1295, na cidade de Macapá/Estado do Amapá, inscrito no CNPJ sob o nº 34.870.576/0001-21, neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador **JAYME HENRIQUE FERREIRA**, cujo termo de posse foi publicado no Diário da Justiça de nº 38 do dia 25 de fevereiro de 2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ **XXXXXXXXXX**, situada no endereço **XXXXXXXXXXXXXX**, através de seu representante legal o Sr. **XXXXXXXXXX**, RG nº **XXXXXXXX**, CPF/MF nº **XXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA** e, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **XXXXXXXXXX**.8.03.0901-SEI e, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Edital de Licitação referente ao Pregão Eletrônico nº **XXX**/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de veículos elétricos e estações de carregamento rápido, nos termos das condições estabelecidas neste instrumento e conforme tabela abaixo:

Grupo	Item	Especificação	Unidade	Qtd	Valor	Subtotal
		Veículo Elétrico com referência ao modelo Dolphin GS ou similar/equivalente				

1	1	<p>com as seguintes características mínimas aproximadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Novo, zero quilômetro, que se encontre em linha de produção atual dos fabricantes. · Motor elétrico. · Potência máxima aproximada: 80 - 100 cv. · Autonomia aproximada (PBEV): 250 - 450 km. · Tipo de Bateria: Blade (LFP) ou equivalente. · Tipo de conector: Tipo 2. · Ano/Modelo do presente exercício ou superior. · Transmissão automática. · Com capacidade para 05 (cinco) pessoas, incluindo o motorista. · Elétrico com capacidade de armazenamento próxima a 40 - 100 kWh. · Preferencialmente na Cor Banca ou na cor preta. · Ar condicionado que só utiliza gás refrigerante ecológico. · Com 04 (quatro) portas laterais, vidros dianteiros e traseiros com acionamento elétrico. · Com travas elétricas das portas, no mínimo air Bag Duplo (motorista e passageiro), freios ABS. · Com 04 (quatro) tapetes de borracha. · Com sistema multimídia, com entrada e saída de 	UND	50	R\$ 169.990,00	R\$ 8.499.500,00
---	---	---	-----	----	----------------	------------------

		<p>mídia tipo USB, com alto falantes dianteiros e alto falantes traseiros.</p> <ul style="list-style-type: none"> · Com Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, com classificação A até C em relação ao nível de emissão de poluente e classificação A até C em relação ao consumo energético (na comparação relativa da categoria). · Incluindo serviços de emissão e disponibilização do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo, emplaquetamento, vistoria e lacre. · Com garantia de fábrica mínima de 06 (seis) anos para o carro e 08 (oito) anos para as baterias. · Assistência técnica autorizada precisa estar sediada no estado do Amapá. · Sem restrição tributária que impeça o veículo de transitar em todo estado do Amapá. 				
--	--	--	--	--	--	--

2	1	Estação de carregamento Rápido similar ou equivalente ao modelo WEMOB-P-023-W-R-1T2 da empresa WEG. · Tensão de alimentação aproximada de 100-240 Vca ± F+N+T / F+F+T ou 198-415 Vca ±10% 3F+N+T. · Frequência aproximada: 50/60 Hz ±5%. · Potência máxima de saída aproximada: 23 kW. · Tipo de conector: Tipo 2 · Quantidade de tomadas: 1 cabo com conector. · Grau de proteção: IP 65. · Sistemas de ligação à terra: TT / TN-S / TN-C-S. · PROTEÇÕES ELÉTRICAS: Sobrecorrente, Sobretemperatura, Falha de comunicação com o VE, Detecção de falta à terra (proteção de corrente residual) e Surtos de tensão (controle). · Medição de energia inclusa. · Com no mínimo três destas certificações internacionais: EV-ready 2.0, CE, UKCA, RETIE, SEC ou NOMULM.	UND	50	R\$ 8.276,84	R\$ 413.842,00
TOTAL GERAL:						R\$ 8.913.342,00

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação e eventuais anexos;
- 1.2.2. O Edital do Pregão Eletrônico nº **XXXX**/2025; e
- 1.2.3. A Proposta do contratado e eventuais anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **1 ano**, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista o que estabelece o Estudo Técnico Preliminar, em especial o item 4.2.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando ainda para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

- 2.2.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.3. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.4. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. A Administração deverá atestar a cada novo exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
- 2.6. A administração poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

Condições de entrega

- 3.1. O prazo de entrega dos bens é de no máximo 90 (noventa) dias corridos, contados da entrega da nota de empenho, em remessa única.
- 3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado e autorizado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 3.3. Os bens deverão ser entregues no Município de Macapá-AP, em endereço a ser informado na nota de empenho ou ordem de fornecimento, no horário entre 08 e 13 horas.

Entrega técnica, documentação, licenciamento e emplacamento

- 3.4. A contratada deverá entregar cada veículo com documentação completa, Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), vistoria, placas, lacre e demais procedimentos legais finalizados, aptos para uso imediato. Deverá ainda fornecer manuais, certificados, laudos e documentação técnica exigida. Os carros devem ser entregues no estacionamento do Fórum FAB.

Instalação e comissionamento das estações

- 3.5. O Tribunal de Justiça do Amapá será responsável pela instalação da estação de recarga, compreendendo a execução da infraestrutura elétrica necessária, sistemas de proteção, fixação, testes de carga e comissionamento funcional, todas as etapas realizadas em conformidade com as normas da ABNT, regulamentações da concessionária de energia e boas práticas de engenharia, mediante equipe técnica habilitada.

Garantia

- 3.6. Os veículos e estações deverão possuir garantia mínima conforme o Anexo Único, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, prestada por empresa autorizada e sediada no Estado do Amapá.
- 3.7. A garantia deve incluir:
 - 3.7.1. Substituição de peças defeituosas;
 - 3.7.2. Cobertura de mão de obra;
 - 3.7.3. Prazos claros para reparos de acordo com Código de Defesa do Consumidor;
 - 3.7.4. Procedimentos de garantia estabelecidos previamente;
 - 3.7.5. Suporte técnico contínuo durante toda a vigência e garantia exigida.
- 3.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 3.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 3.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 3.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 3.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, contado a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

3.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

3.14. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

3.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

3.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

3.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Critérios de aceitação

3.18. A aceitação dos bens e equipamentos dependerá de:

- 3.18.1. Inspeção física e funcional;
- 3.18.2. Testes de rodagem (veículos) e de carga (estações);
- 3.18.3. Conferência de certificados, manuais e documentos legais;
- 3.18.4. Verificação da conformidade com o Anexo Único;
- 3.18.5. Comprovação da regularização completa do veículo;

Obrigações da contratada

3.19. A contratada deverá:

- 3.19.1. Entregar veículos e estações novos, conforme especificações;
- 3.19.2. Garantir suporte técnico e manutenção no Estado do Amapá;
- 3.19.3. Assegurar compatibilidade sem perda de garantia;
- 3.19.4. Prestar assistência técnica durante todo o ciclo de vida;
- 3.19.5. Apresentar todos os certificados obrigatórios.

Obrigações do TJAP (contratante)

3.20. O TJAP deverá:

- 3.20.1. Realizar o aceite formal dos itens.

3.21. Modelo de gestão do contrato

3.22. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.23. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.24. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

3.24.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.24.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

3.25. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

3.26. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

3.27. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

- 3.27.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 3.28. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 3.29. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 3.30. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 3.31. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a créditos tributários federais e à dívida ativa da União, a CND relativa a créditos tributários estaduais, a CND relativa a créditos tributários municipais, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 3.32. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Recebimento do objeto

- 3.33. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 3.34. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 3.35. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 3.35.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 3.36. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 3.37. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 3.38. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 3.39. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DO OBJETO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Liquidação

- 5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período..
- 5.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 5.2.1. o prazo de validade;
 - 5.2.2. a data da emissão;
 - 5.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 5.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 5.2.5. o valor a pagar; e

5.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

5.10. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

5.11. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preço do Consumidor Amplo (IPCA).

Forma de pagamento

5.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (REAJUSTE E REVISÃO)

Do Reajuste:

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o intervalo de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vierem) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

Da Revisão:

6.7. O reequilíbrio por meio de revisão de preços dar-se-á em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução do contrato tal como pactuado. A base para cálculo da revisão retroagirá até a data do fato que a motivou e deverá ser formalizada por termo aditivo próprio.

6.8. Ficará a cargo da contratada a demonstração da necessidade de revisão nos preços contratados, devendo encaminhar os pedidos devidamente fundamentados e justificados, com documentos de comprovação de suas alegações e planilhas com os novos valores, podendo ainda a contratante fazê-lo, unilateralmente, quando verificar as ocorrências descritas no item 6.7, com as devidas justificativas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. O Contratante deverá:

7.1.1. Realizar o aceite formal dos itens.

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

7.4. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, conforme o caso;

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

7.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.7. Aplicar ao contratado as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Estado do Amapá para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, quando for o caso;

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.9.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, caso possua.

7.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.12. Nomear gestor e fiscais técnico, administrativo e requisitante do contrato, conforme o contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

7.13. Encaminhar formalmente a demanda por meio de nota de empenho, ordem de fornecimento ou outro instrumento equivalente, de acordo com os critérios estabelecidos neste termo de referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A contratada deverá:

8.1.1. Entregar veículos e estações novos, conforme especificações;

8.1.2. Garantir suporte técnico e manutenção no Estado do Amapá;

8.1.3. Assegurar compatibilidade sem perda de garantia;

8.1.4. Prestar assistência técnica durante todo o ciclo de vida;

8.1.5. Apresentar todos os certificados obrigatórios.

8.2. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 8.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021);
- 8.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação, vestuários e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, respeitando as normas referentes à segurança e medicina do trabalho;
- 8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros por dolo ou culpa de seus representantes legais, prepostos ou empregados, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 05 dias, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 8.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 8.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.14. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 8.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta, quando for o caso;
- 8.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 8.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 8.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 8.21. A contratada deverá respeitar as Normas e Legislação Ambiental regulamentadoras pertinentes, em especial, quanto a devida destinação final dos resíduos gerados e quanto a poluição sonora;

8.22. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos;

8.23. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

8.24. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- 11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei).
- 11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 do item acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Estado do Amapá, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. (art. 156, §4º, da Lei).
- 11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9 do item acima deste Contrato, bem como nos subitens 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a descrita no item 11.2.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. (art. 156, §5º, da Lei).
- 11.2.4. Multa:
- a. moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - b. moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando houver.
 - b.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - c. Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 11.1.5 a 11.1.9, de 25% do valor do contrato.
 - d. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
 - e. Compensatória de 5% do valor do contrato para infração descrita no subitem 11.1.1.
 - f. Compensatória de 10% do valor do contrato para infração descrita no subitem 11.1.2.
 - g. Compensatória de 15% do valor do contrato para infração descrita no subitem 11.1.4.
- 11.3. O valor da multa aplicada será:
- 11.3.1. retido dos pagamentos devidos pela Administração;
- 11.3.2. pago por meio de depósito bancário na conta do Tribunal Justiça do Amapá;
- 11.3.3. descontado do valor da garantia prestada; ou
- 11.3.4. cobrado judicialmente.
- Parágrafo Primeiro. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- Parágrafo Segundo. Excepcionalmente, desde que devidamente justificado pelo gestor do contrato no processo administrativo, o Tribunal poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa presumida, conforme determinações previstas no instrumento convocatório ou no contrato, e instaurar de imediato o procedimento administrativo, que deverá ter tramitação prioritária.
- Parágrafo Terceiro. Quando houver provimento da defesa prévia, do recurso ou reconsideração da decisão que aplicar a penalidade, os valores retidos cautelarmente serão devolvidos ao interessado.
- Parágrafo Quarto. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- Parágrafo Quinto. Quando o contratado já tiver sofrido Advertência e reincidir na prática do mesmo ato, poderá receber nova advertência, cumulada com multa.
- 11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante (art. 156, §9º).
- 11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 11.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

- 11.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.6.4. os danos que dela provierem para o contratante;
- 11.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.6.6. a reincidência.
- 11.7. Antes da aplicação de qualquer das sanções tipificadas nos subitens 11.2.1 a 11.2.4, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.8. Da decisão que aplicar as sanções previstas nos subitens 11.2.1 a 11.2.4, caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 11.9. Concluído o julgamento e mantida a penalidade aplicada, o processo retornará à Comissão, que certificará o trânsito em julgado administrativo, procedendo à publicação da decisão no Diário de Justiça Eletrônico e registrando as sanções nos sistemas próprios.
- 11.10. O Tribunal não arcará com eventuais despesas relacionadas às provas solicitadas pelo licitante ou pelo contratado.
- 11.10.1. As provas propostas pelo licitante ou pelo contratado, quando forem ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias, poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada.
- 11.11. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 11.11.1. Os prazos fluirão a partir do primeiro dia útil após o recebimento da intimação.
- 11.11.2. O prazo considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento ocorrer no sábado, domingo ou feriado, e quando não houver expediente no TJAP.
- 11.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.13. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).
- 11.14. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).
- 11.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.16. Demais disposições quanto aos procedimentos e aplicabilidade das sanções à contratada serão feitas e decididas conforme a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 119/2024-GP/TJAP, que regulamenta o procedimento de apuração de infrações e aplicação de sanções administrativas aos licitantes e contratados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- 12.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 12.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual do exercício atual, conforme dotação orçamentária abaixo discriminada:

13.1.1. O valor total de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX, será custeado através da nota de empenho nº XXXXXX, programa de trabalho nº XXXXXXXX, elemento de despesa nº XXXXXXXXX, fonte XXXXXX.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, bem como normas internas do TJAP.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no Diário de Justiça Eletrônico do TJAP.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Macapá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Com fundamento no § 4º do art. 784 do CPC, fica dispensada a assinatura de testemunhas quando o contrato for assinado no SEI ou por qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura.

Macapá-AP, data da assinatura eletrônica.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

CNPJ sob o nº 34.870.576/0001-21

Desembargador JAYME HENRIQUE FERREIRA

Presidente

CONTRATANTE

Empresa XXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal XXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

ASSINADO PARA MERA VISUALIZAÇÃO

Referência: Processo nº 0017794-18.2025.8.03.0901	SEI nº 0248654
---	----------------

ANEXO V: MODELO DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA

Razão social:

Cnpj:

Endereço:

E-mail:

Contato telefônico:

Número de whatsapp:

Dados bancários (banco, agência e conta corrente):

Nome do representante legal da empresa:

[Sugere-se um texto de apresentação]

Objeto:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Subtotal
Total					

Validade da proposta: 180 dias.

Município-UF, dia de mês de ano

Assinatura

ANEXO VI: DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

(Resolução CNJ nº 7/2005, art. 2º, VI)

Razão Social (ou Nome Empresarial):

CNPJ:

Endereço:

Representante legal:

Na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima identificada, **DECLARO**, ao **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ**, para fins de atendimento ao disposto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, especialmente o art. 2º, VI, e para que produza seus jurídicos e legais efeitos, que:

Não há, no quadro societário (sócios/acionistas) desta empresa cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, nem de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação do presente certame, circunstância vedada pelo art. 2º, VI, da Resolução CNJ nº 7/2005.

Tenho ciência de que a configuração de quaisquer das hipóteses acima caracteriza prática de nepotismo, sujeitando a empresa e seus responsáveis às consequências legais e administrativas cabíveis, inclusive inabilitação/impedimento, rescisão contratual, aplicação de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

Comprometo-me a comunicar imediatamente (no máximo em cinco dias úteis) à Administração qualquer alteração superveniente no quadro societário que possa enquadrar-se nas hipóteses vedadas, ciente de que a omissão ou falsidade sujeita esta empresa às sanções legais.

Para fins de transparência, declaro que **INEXISTEM** situações enquadráveis como nepotismo nos termos acima.

Declaro, por fim, que li e compreendi o conteúdo desta declaração e que as informações prestadas são verdadeiras, estando ciente das penalidades previstas em lei para o caso de falsidade.

Local e data:

Assinatura: